

# **CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA AUTARCAS ELEITOS PELO PS**

Freguesias – Finanças Locais

# Índice

---

- 1. Legislação Básica [slide 3]**
- 2. Regime Financeiro das Freguesias [slides 4 a 6]**
- 3. Contratação Pública [slides 7 a 12]**
- 4. Compromissos e Pagamentos em Atraso [slides 13 a 15]**
- 5. Deveres de informação [slides 16 a 23]**
- 6. Outra legislação [slides 24 e 25]**
- 7. Entidades amigas [slide 26]**

# 1. Legislação Básica

---

- **Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI);**
- **Código dos Contratos Públicos (CCP);**
- **Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);**
- **Deveres de prestação de Informação.**

## 2. Regime Financeiro das Freguesias

---

- **Aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;**
- **Prevê um conjunto de princípios fundamentais que pretendem assegurar efetiva coordenação entre administração central e local no plano financeiro e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.**

## 2. Regime Financeiro das Freguesias

---

- **Princípios com respeito aos quais a atividade financeira das autarquias locais se deve desenvolver:**
  - **Princípio da legalidade;**
  - **Princípio da estabilidade orçamental;**
  - **Princípio da autonomia financeira;**
  - **Princípio da transparência;**
  - **Princípio da solidariedade nacional recíproca;**

## 2. Regime Financeiro das Freguesias

---

- **Princípios com respeito aos quais a atividade financeira das autarquias locais se deve desenvolver (continuação):**
  - **Princípio da equidade intergeracional;**
  - **Princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais;**
  - **Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado;**
  - **Princípio da tutela inspetiva.**

## 3. Contratação Pública

---

- **Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;**
- **Quem?**
  - **Todas as pessoas coletivas consideradas “entidades adjudicantes” são obrigadas a cumprir o estabelecido no CCP.**
  - **O CCP (artigo 2.º) destaca duas categorias de entidades adjudicantes:**
    - **Organismos pertencentes ao setor público administrativo tradicional (n.º 1 do artigo 2.º);**
    - **Organismos de direito público (n.º 2 do artigo 2.º).**

# 3. Contratação Pública

---

- **O quê?**
  - **Empreitada de obras públicas;**
  - **Concessão de obras públicas;**
  - **Concessão de serviços públicos;**
  - **Locação ou aquisição de bens móveis;**
  - **Aquisição de serviços;**
  - **Contrato de sociedade.**
  
- **Há contratos excluídos.**
  
- **Há contratação excluída.**

# 3. Contratação Pública

## ▪ Procedimentos:

Tipos de procedimentos	Subtipos de procedimentos		Artigos do CCP
AJUSTE DIRETO	Regime Normal	Convite a um interessado	112º a 127º
		Convite a vários interessados	
	Regime Simplificado	Ajuste Direto Simplificado	112º a 113º e 128º a 129º
CONCURSO PÚBLICO	Concurso público “normal”		130º a 154º
	Concurso Público urgente		155º a 161º
CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO			162º a 192º
PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO (COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO)			193º a 203º
DIÁLOGO CONCORRENCIAL			204º a 218º

# 3. Contratação Pública

## ▪ Escolha do procedimento:

Tipos de procedimentos	Entidades adjudicantes	Tipo de contrato	Valor do contrato	Artigos do CCP
Ajuste Direto	Entidades adjudicantes art.º 2.º do CCP	Bens e serviços	Até 75.000,00 €	20.º, n.º 1, alínea a)
		Empreitadas de obras públicas	Até 150.000,00 €	19.º, alínea a)
		Restantes contratos que não contratos de concessão de serviços públicos e de contratos de sociedade	Até 100.000,00 €	21.º, n.º 1, alínea a)
Concurso Público de âmbito nacional	Estado (Art.º 2.º, n.º1, alínea a) do CCP)	Empreitadas de obras públicas	Até ao limiar comunitário aplicável	19.º, alínea b)
		Bens e Serviços		20.º, n.º 2
	Restantes entidades previstas no artigo 2.º	Empreitadas de obras públicas		19.º, alínea b)
		Bens e Serviços		20.º, n.º 1, alínea b)

# 3. Contratação Pública

## ▪ Limiares comunitários aplicáveis:

Diretiva 2004/18/CE – setores gerais:

Tipos de contrato	Regulamento 1251/2011, de 30.11.2011	Regulamento 1336/2013, de 13.12.2013	Regulamento 2015/2342, de 15.12.2015
<i>Entrada em vigor</i>	01.01.2012	01.01.2014	01.01.2016
Contratos públicos de fornecimento e de serviços	130.000,00 €	134.000,00 €	135.000,00 €
Contratos públicos de fornecimento e de serviços pelas entidades não mencionadas no anexo IV	200.000,00 €	207.000,00 €	209.000,00 €
Contratos de empreitada de obras públicas	5.000.000,00 €	5.186.000,00 €	5.225.000,00 €

# 3. Contratação Pública

---

- **Outros métodos de escolha:**
  - **Critérios materiais;**
  - **Tipo de contrato;**
  - **Contratos mistos;**
  - **Atividade da entidade adjudicante.**
  
- **Figuras especiais:**
  - **Acordos quadro;**
  - **Centrais de compras.**

## **4. Compromissos e Pagamentos em Atraso**

---

- **Aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro**
  - **Aplicável ao subsetor local - Artigo 2.º, n.º 1 da LCPA**
  
- **Princípio fundamental subjacente:**
  - **A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.**
  
- **Para aferição do cumprimento deste princípio os pagamentos em atraso, no final de cada mês, não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.**

## 4. Compromissos e Pagamentos em Atraso

---

### ▪ Passivo:

- **Obrigações presentes da entidade, resultantes de evento passado, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos.**

### ▪ Contas a pagar:

- **Subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigível.**

### ▪ Pagamentos em atraso:

- **Contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias após a data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.**

## **4. Compromissos e Pagamentos em Atraso**

---

- **Entidades com pagamentos em atraso:**
  - **Não podem beneficiar da utilização da previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes para efeitos de determinação dos fundos disponíveis;**
  - **Apenas podem aumentar temporariamente fundos disponíveis mediante prévia autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças.**
- **Impedimentos supra mencionados cessam no momento em que as entidades retomem o valor dos pagamentos em atraso anteriores à violação da proibição de aumento dos pagamentos em atraso.**

## 5. Deveres de Informação

---

- **De acordo com o regime jurídico da tutela administrativa, as Freguesias, como a qualquer outro órgão e serviço objeto de ações de tutela administrativa, encontram-se vinculadas aos deveres de informação e cooperação.**
- **Obrigatoriedade de reporte da informação financeira a várias entidades:**
  - **DGAL;**
  - **CCDR;**
  - **INE;**
  - **Tribunal de Contas.**

# 5. Deveres de Informação

---

- **Orçamento e Plano Plurianual de Investimento**
  - **Publicitar (inclusive no respetivo portal) - no prazo de 30 dias contados da data da sessão da Assembleia de Freguesia que apreciou e aprovou os documentos.**
  - **À CCDR – no prazo de 30 dias contados da sua aprovação em executivo.**

# 5. Deveres de Informação

---

- **Prestação de Contas**
  - **Publicitar (inclusive no respetivo portal) - no prazo de 30 dias contados da data da sessão da Assembleia de Freguesia que apreciou a prestação de contas.**
  - **À DGAL – no mesmo prazo.**
  - **À CCDR – no prazo de 30 dias contados da sua aprovação em executivo;**
  - **Ao INE - no prazo de 30 dias contados da sua aprovação em executivo;**
  - **Ao Tribunal de Contas - até 30 de Abril do ano subsequente.**

# 5. Deveres de Informação

---

- **Prestação de Contas – deve conter:**
  - **Mapa de execução orçamental, incluindo:**
    - **Mapa de controlo orçamental da receita e da despesa;**
    - **Mapa de execução do PPI;**
    - **Mapa de fluxos de caixa;**
    - **Mapa de contas de ordem;**
    - **Mapa de operações de tesouraria.**

# 5. Deveres de Informação

---

- **Prestação de Contas – deve conter (continuação):**
  - **Anexos às demonstrações financeiras, incluindo:**
    - **Caracterização da entidade;**
    - **Mapa de empréstimos;**
    - **Mapa de outras dividas a terceiros;**

# 5. Deveres de Informação

---

- **Prestação de Contas – deve conter (continuação):**
  - **Relatório de Gestão, incluindo:**
    - **Situação económica relativa ao exercício, com análise da evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local;**
    - **Síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados;**
    - **Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos;**
    - **Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.**

# 5. Deveres de Informação

---

- **Reporte de dados sobre informação financeira**
  - **À DGAL**
  
- **Reporte de dados sobre gestão de recursos humanos**
  - **À DGAL**

## 5. Deveres de Informação

---

- **A falta injustificada da envio das contas ao Tribunal de Contas dentro do prazo pode determinar a realização de uma auditoria, sem prejuízo de determinação da correspondente sanção por aquele tribunal.**
- **O incumprimento dos deveres de envio de informação à DGAL e dos respetivos prazos, implicam a retenção de 10% do duodécimo das transferências correntes no mês seguinte, sem prejuízo do valor anualmente estabelecido no decreto-lei de execução orçamental.**

## 6. Outra legislação

---

- **Regime Jurídico das Autarquias Locais;**
- **Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;**
- **Estatuto dos Eleitos Locais;**
- **Código do Procedimento Administrativo;**
- **Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;**
- **Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;**
- **Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro;**

## 6. Outra legislação

---

- **Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro;**
- **Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;**
- **Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro;**
- **Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro;**
- **Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro.**

# 7. Entidades amigas

---

- **Anafre;**
- **Câmara Municipal;**
- **DGAL;**
- **CCDR;**
- **Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais.**

**OBRIGADO**